

ATA Nº 52
30-09-2015

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a quinquagésima segunda reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----
Faltou a esta reunião a Vereadora Maria Margarida Caeiro Vasco por se encontrar de licença de maternidade. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----
Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2015: € 440 268,25. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS: -----

1. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA "LUZERNA". PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autoriza a emissão de licença especial de ruído requerida pela Associação Cultural e Desportiva "Luzerna", para a realização de uma prova desportiva de Corrida de Galgos, no horário compreendido entre as 8,00 e as 20,00 horas do dia 26 de setembro de 2015, bem como a isenção das respectivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, e de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

2. CARLOS MANUEL SOUSA DA CONCEIÇÃO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita, o Sr. Carlos Manuel Sousa da Conceição, licença especial de ruído, para a realização de uma sessão de música ao vivo, no dia 03 de outubro, com início às 21.00 horas, com término às 04.00 horas do dia 04/10, no Colombo's Bar, em Cuba. -----

H-
A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 185/2015, da Subunidade Administrativa, delibera emitir a licença especial de ruído até às 2,00h, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17/01, na redação que lhe foi conferida pelo Dec-Lei n.º 278/2007, de 01/08, e com base na deliberação de Câmara tomada em reunião de 16/08/2012, que se transcreve: *"deverá a pretensão ser solicitada com pelo menos 15 dias de antecedência, sob pena de ser indeferido liminarmente o pedido que seja apresentado para além desse prazo. Mais, atendendo ao facto dessa pretensão ter que ser articulada com o direito ao descanso dos moradores dos prédios confinantes, conforme determinado na lei e reforçado na última inspeção da IGAL ao Município de Cuba, deverá dar-se a saber aos mesmos destinatários que em regra serão deferidas situações que sejam devidamente fundamentadas e apenas até às 02 horas, sendo que, em casos residuais, por altura de eventos de reconhecido interesse municipal possibilitado o alargamento desse horário. Deverá também reforçar-se junto dos mesmos o facto de que a realização de espetáculo musical em estabelecimento que não esteja licenciado para esse fim precisará sempre de licença de ruído se ocorrer em fim-de-semana e feriados, bem como depois das 20 horas de qualquer dia útil."*-----

Mais delibera a Câmara informar que o deferimento da presente pretensão não exonera o requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

3. JACINTO FRANCISCO DA PALMA. CONFIRMAÇÃO DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO POLICIAL. -----

Solicita o Sr. Jacinto Francisco da Palma, a emissão de certidão comprovativa do número de polícia correspondente ao lote 16 e toponímia relativamente ao prédio urbano onde reside, presentemente denominado por Bairro General Humberto Delgado, uma vez que recentemente se tem deparado com a devolução de correspondência por parte dos CTT. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 159/2015, do Serviço de Urbanismo, atendendo a que ao prédio ainda não se encontra atribuída a numeração policial definitiva, correspondente ao arruamento onde o mesmo se situa – a Estrada da Circunvalação – e enquanto não for redefinida a numeração de todo o arruamento, desde a Rua Dr. Egas Moniz até ao Quartel dos Bombeiros, delibera, para efeitos postais manter a designação de Bairro General Humberto Delgado, lote 16, 7940-107 Cuba. -----

4. CÁTIA VANESSA EDUARDO MANJERICO. PEDIDO DE APOIO PARA ALIMENTAÇÃO E APOIO PARA O GÁS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente, que defere, ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o pedido de apoio para pagamento para alimentação (€ 35,50) e apoio para o gás (€ 24,50), requerido pela Sr.ª Cátia Vanessa Eduardo Manjerico. -----

A Câmara, por unanimidade, e de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

5. ISABEL CRISTINA BORRALHO RELÓGIO. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MESAS E CADEIRAS. -----

Solicita a Sr.ª Isabel Cristina Borralho Relógio, a cedência de mesas e cadeiras para 80 pessoas, para a realização de um almoço sem fins lucrativos, no Palacete Borralho, em Cuba, no próximo dia 10 de outubro de 2015. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 189/2015, da Subunidade Administrativa, no uso das competências que lhe são conferidas através do disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, e em consonância com a deliberação de câmara de 12 de maio de 2010, designadamente: *“os equipamentos municipais são para uso exclusivo do Município e das Coletividades de interesse público e só em situações muito excecionais, que deverão ser devidamente fundamentadas, poderão os mesmos ser cedidos para outros fins”*, delibera indeferir a pretensão da requerente. -----

6. MANUEL JOAQUIM CHAVES ALVES. PEDIDO DE PAGAMENTO DE FATURA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita o Sr. Manuel Joaquim Chaves Alves, a possibilidade de poder proceder ao pagamento do consumo exagerado de água referente ao do mês de agosto, da sua habitação sito na Rua das Parreiras, em Albergaria dos Fusos, no valor total de € 516,96, em 3 prestações mensais, sendo as duas primeiras no valor de € 150,00, cada, e a terceira no valor de € 216,96, acrescida dos respetivos juros. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 190/2015, da Subunidade Administrativa e de acordo com o disposto no artigo 73, nos pontos 3 e 4, Cap. V, secção II, do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de água do Concelho de Cuba, designadamente: *“o utilizador pode pagar a fatura parcialmente o total pode ser dividido, mas cada uma das tarifas não pode ser fraccionada, deve ser paga na totalidade”*, delibera, por se tratar de uma situação extraordinária, atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento da fatura de forma fraccionada. -

7. ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA O PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, POR FORÇA DA CELEBRAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO – VALORES PROVISÓRIOS - ANO LETIVO 2015/2016. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 28/2015, do Serviço de Ação Educativa. -----
De acordo com a mesma informação o Acordo de Colaboração para o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, tem um período de vigência de 01 de setembro a 31 de agosto de cada ano letivo e tem por objeto a prestação por parte da Câmara Municipal, no âmbito da Educação Pré-Escolar, de serviços vocacionados para o atendimento à criança, proporcionando-lhe atividades quer educativas quer de apoio à família. -----

Os dados do anexo ao Acordo foram introduzidos “online” na nova Plataforma da DGEstE/Acordo de Cooperação para a Educação Pré-escolar, nas seguintes componentes: A – Rede Escolar, B – Assistentes Operacionais; C1 – Fornecimento de Refeições e C2 e C3 para a componente de Atividades de Animação e Apoio À Família – Prolongamento de horário. -----

Após o preenchimento e submissão dos dados inseridos na plataforma pela autarquia, o Anexo ficou a aguardar validação pelos serviços competentes da DGEstE (DSRA – Direção de Serviços da Região Alentejo) e, não sendo necessárias quaisquer retificações, será enviado via e-mail para a autarquia a versão eletrónica do documento que deverá ser assinada pelo Sr. Presidente e devolvida à DGEstE (Direção de Serviços da Região Alentejo - DSRA). -----

Em anexo encontra-se o resumo dos dados introduzidos por folha e os estabelecimentos de ensino com Pré-escolar no concelho de Cuba. -----

Os dados introduzidos na plataforma foram facultados pelo Agrupamento de Escolas de Cuba no que concerne ao n.º de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino de Educação Pré - escolar da rede pública no Município de Cuba e o n.º de alunos inscritos no Serviço de Apoio á família (período das refeições e Prolongamento de Horário). -----

Considerando que a Unidade de Administração e Finanças deste município necessita de uma previsão do valor a receber no âmbito deste Acordo e como até à data ainda não foi publicado o Despacho anual que define os apoios financeiros a atribuir para os serviços vocacionados para o atendimento à criança, que a Câmara disponibiliza, poderão ser considerados por precaução os mesmos valores do ano passado e por prudência, aplicando os valores que constavam do Despacho n.º 13530/2014, de 7 de novembro, estima-se que o valor do financiamento do Ministério da Educação para 2015/2016 seja de 23.376,70 € para refeições (€ 31,99: 20dias úteis (média) mês x 185 dias letivos x 79 alunos) e 17.199,45 € para o prolongamento de horário (€ 30,99:20 dias úteis (média) mês x 185 dias letivos x 60 alunos). -----

Obs: Para o 1.º período do ano letivo 2015/2016 (67 dias letivos), estima-se que a receita seja de 8.466,15€ para refeições e 6.228,99€ para o prolongamento de horário. A Câmara toma conhecimento e delibera considerar o Acordo em sede de orçamento. -----

8. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO – ANO LETIVO 2015/2016 – APRECIACÃO DE CANDIDATURAS (FORA DO PRAZO) PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO EM CANTINA ESCOLAR E MATERIAIS E/OU LIVROS ESCOLARES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 29/2015, do Serviço de Ação Educativa, segundo a qual, mesmo após o período regular para o efeito, foram recebidas, 5 candidaturas aos seguintes apoios de Ação Social Escolar: cantina escolar e livros e/ou materiais escolares, dos quais 2 da Educação Pré-escolar e 3 do 1.º Ciclo do ensino Básico. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que são alunos pertencentes a agregados familiares com baixos rendimentos económicos, integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família, com base na Informação e no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera considerar as candidaturas apesar da sua apresentação extemporânea. -----

9. ABERTURA DE PROCESSO DE CANDIDATURA PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA CURSOS DO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2015/2016. -----

Foram presentes à Câmara a Informação da SADM nº 188/2015 e o Edital relativos à abertura de processo de candidatura para atribuição de Bolsas de Estudo para cursos

do Ensino Superior, documentos que se anexam à presente ata e se dão por integralmente reproduzido. -----

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto na alínea hh) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o disposto no art.º 2º, nº 4 do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, delibera que seja dado início ao respetivo processo de candidaturas para o ano letivo de 2015/2016, conforme Edital que aprova, legitimando a apresentação de candidaturas até ao próximo dia 30 de outubro. -----

Mais delibera fixar o número de bolsas a atribuir em 35, no montante de € 720,00, cada. -----

10. ALTERAÇÃO N.º 10 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2015". -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 84/2015, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respectiva execução do Dec-Lei n.º 54-A/99), a modificação ao orçamento e às GOP's. -----

Na alteração n.º10 ao orçamento e GOP'S, as modificações no orçamento da despesa ocorreram para fazer face a reforços relacionados com ajudas de custo, outros encargos com a saúde, seguros, encargos de cobrança de receitas, impostos e taxas, juros de mora, trabalhos especializados (recolha de cadáveres de canídeos), limpeza e higiene, material de transporte – peças (pneus), encargos das instalações, conservação de bens, locação de material de transporte, deslocações e estadas, outras pensões, alimentação – géneros p/ confeccionar, refeições confeccionadas e aquisição de bens e serviços diversos. No orçamento da receita foram reforçadas as classificações relacionadas com o acordo de colaboração com a DREA. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

03 331 2005/20- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a aquisição de uma parcela de terreno; -----

04 430 2002/73 ação 2- O reforço ocorreu face aos trabalhos a mais da empreitada do Quartel dos Bombeiros de Cuba; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificação (reforços) nos seguintes projetos:

02 232 2014/5002 ações 1,2 e 4- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com os apoios ; -----

02 245 2002/5028- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projecto (acertos de cabimentação da despesa com o tratamento de lixos); -----

02 251 2002/5031 ação 4- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto ; -----

02 252 2002/5040 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o protocolo do Sporting ; -----

03 341 2002/5050 ações 1,2 e 5- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto; -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção do Vereador do PS, delibera aprovar a alteração n.º 10 ao orçamento e GOP'S para 2015. -----

11. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 97/2015, do SAJAI, enquadrando juridicamente a proposta de Protocolo de Colaboração em título.

Da conjugação do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, com a alínea gg) do n.º 1 do art.º 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, resulta que os municípios dispõem de competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares.

Estas competências consistem na oferta de serviço de transporte entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentem a todos os alunos do ensino básico e secundário quando residam a mais de 3km ou 4km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório e é gratuito até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições legalmente estabelecidas, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário.

Ao longo dos anos, o Município de Cuba tem assegurado o transporte escolar dos alunos que se encontram matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho, não obstante, muitas vezes se deparar com dificuldades que podem pôr em causa este serviço, designadamente as resultantes do reduzido número de veículos e de trabalhadores habilitados a efetuar o transporte escolar.

Porém, a Freguesia de Faro do Alentejo dispõe de veículos aptos a serem utilizados no transporte escolar.

Assim sendo, atendendo a que, de harmonia com o disposto no nº 1 do artº. 7º da supra citada lei, cabe às freguesias promover e salvaguardar os interesses próprios das respetivas populações, em articulação com os municípios, competindo-lhes, nos termos das alíneas o), v) e ii) do nº 1 do artº. 16º da mesma lei, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente, apoiar atividades de natureza educativa ou outra de interesse para a freguesia e administrar o património da freguesia, bem como, nos termos do nº 1 do artº. 23º da citada lei, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, são bem vindas todas as formas de articulação entre autarquias de forma a promover a satisfação das necessidades essenciais das respetivas populações nas áreas que lhes compete intervir, e que no caso concreto se traduz na concretização do transporte escolar.

Com o intuito de fomentar o desenvolvimento destas competências e de compensar os municípios pelos encargos daí decorrentes foi instituído, pela primeira vez, pela Lei do Orçamento de Estado para 2007 o Fundo Social Municipal (FSM). Trata-se de uma subvenção específica que constitui uma das participações dos municípios nos impostos do Estado.

No corrente ano e conforme estatuído pela Lei do Orçamento de Estado, aprovada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, o montante do FSM a distribuir pelos municípios *“destina-se exclusivamente ao financiamento das competências exercidas pelos municípios no domínio da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, de acordo com os indicadores previstos na alínea a) do nº1 do artº. 34º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e dos transportes escolares relativos ao 3º ciclo do*

ensino básico, conforme previsto no nº 3 artº. 9º do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, a distribuir conforme o ano anterior". -----

Da conjugação do nº 2 do artº. 30º da Lei nº 73/2013, de 03/09, com o nº 4 do artº. 87º da Lei do Orçamento de Estado para 2015, resulta serem despesas elegíveis para financiamento através do FSM as despesas inerentes ao exercício das competências no âmbito da educação, ou seja as despesas enquadráveis nas alíneas a), b) e c) do mencionado artº. 30º, no que diz respeito exclusivamente a: -----

1) Educação pré-escolar público e 1º ciclo do ensino básico público – decompõe-se em 3 tipologias de despesa, cada uma delas desagregada pelas seguintes rubricas: -----

a) Despesas de funcionamento corrente do pré-escolar público, englobam as remunerações do pessoal não docente, os serviços de alimentação, o prolongamento de horário, os transportes escolares e outras despesas de funcionamento corrente; ----

b) Despesas de funcionamento corrente do 1º ciclo do ensino básico público, englobam as remunerações do pessoal não docente, os serviços de alimentação, as atividades de enriquecimento curricular, os transportes escolares e outras despesas de funcionamento corrente; -----

c) Despesas com professores, monitores e outros técnicos com funções educativas de enriquecimento curricular do 1º ciclo do ensino básico público, que englobam o enriquecimento curricular nas áreas de iniciação ao desporto e às artes, a orientação escolar, o apoio à saúde escolar, o acompanhamento socioeducativo do ensino básico público e outras despesas de funções educativas de enriquecimento curricular. -----

2) 3.º ciclo do ensino básico – aqui apenas são elegíveis as despesas com transportes escolares, conforme previsto no n.º 3 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho. -----

Constituindo o FSM uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada a um fim específico, caso o município não realize, durante o ano, despesa elegível de montante pelo menos igual à verba que lhe é atribuída nesse ano, é deduzida à verba a que teria direito ao abrigo do FSM no ano seguinte o valor correspondente à despesa não justificada no ano anterior, nos termos previstos nos números 2 e 3 do artº. 34.º da Lei nº 73/2013, de 03/09. -----

Foi com o objetivo de estabelecer a forma de colaboração entre o Município de Cuba e a Freguesia de Faro do Alentejo no que se reporta à utilização dos veículos que esta pode disponibilizar para o transporte escolar a realizar por aquele que se procedeu à elaboração do Protocolo que se anexa e se dá por integralmente reproduzido. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação e no uso das competências que lhe são cometidas pela alínea gg) do nº 1 do artº. 31º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o presente Protocolo, que seguidamente se transcreve, remetendo-o posteriormente para aprovação pela Junta de Freguesia de Faro do Alentejo. -----

“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR. -----

Considerando: -----

Que, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, conjugado com a alínea gg) do nº 1 do artº. 31º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os municípios dispõem de competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento

fulmi
Amf
SB
fav

dos transportes escolares; -----

Que as competências acima referidas consistem na oferta de serviço de transporte entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentem a todos os alunos do ensino básico e secundário quando residam a mais de 3km ou 4km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório; -----

Que o transporte escolar é gratuito até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições legalmente estabelecidas, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário; -----

Que o Município de Cuba tem sempre assegurado o transporte escolar dos alunos beneficiários do serviço que se encontram matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho; -----

Que, não obstante todos os esforços, por vezes se verificam dificuldades que podem pôr em causa este serviço, designadamente as resultantes do reduzido número de veículos e de trabalhadores habilitados a efetuar o transporte escolar; -----

Que a Freguesia de Faro do Alentejo dispõe de veículo(s) apto(s) ao transporte escolar; Que, de harmonia com o disposto no nº 1 do artº. 7º da supra citada lei, constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município, competindo-lhe, nos termos das alínea o), v) e ii) do nº 1 do artº. 16º dessa lei, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente, apoiar atividades de natureza educativa ou outra de interesse para a freguesia e administrar o património da freguesia; -----

Que, nos termos do nº 1 do artº. 23º da citada lei, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, -----

ENTRE: -----

O **Município de Cuba**, contribuinte n.º 500 832 935, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Manuel Casaca Português, com poderes para o ato, conforme determina as alíneas a) do nº 1 e f) do nº 2 do artº. 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, como 1º Outorgante; -----

A **Freguesia de Faro do Alentejo**, contribuinte nº 507 051 041, representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Filipe Domingos Candeias Chora, com poderes para o ato, conforme determina a alínea a) do nº 1 do artº. 18º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual como 2º Outorgante, -----

é estabelecido o presente Protocolo de Colaboração, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

1. O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto as normas de cedência do(s) veículo(s) ligeiro(s) de passageiros de 9 lugares (adiante carrinha), marca, matrícula, propriedade do 2º Outorgante ao 1º Outorgante, destinado(s) exclusivamente ao transporte dos alunos que frequentam os vários estabelecimentos de ensino do concelho de Cuba.

2. A cedência da(s) carrinha(s) produz efeitos durante todos os dias úteis do ano letivo escolar, no horário compreendido entre as 07h00-09h30 e as 16h00-19h00.

3. Fora dos períodos em que é(são) utilizada(s) no transporte escolar a(s) carrinha(s) fica depositada em.....

4. Poderá ser autorizada a cedência de outros veículos entre os outorgantes, os quais ficam sujeitos às normas de utilização constantes do presente Protocolo.

Cláusula 2ª

Condução dos veículos

A(s) carrinha(s) objeto do presente protocolo só pode(m) ser conduzida(s) por motorista ao serviço do 1º Outorgante ou do 2º Outorgante, devidamente habilitado para o transporte escolar.

Cláusula 3ª

Responsabilidade por encargos da(s) carrinha(s)

1. São da responsabilidade do 1º outorgante as despesas com o abastecimento de combustível necessário à utilização da(s) carrinha(s).
2. Os custos com a manutenção e seguro(s) da(s) carrinha(s) constituem encargo de
3. Excetuam-se do disposto no número anterior os danos causados nos veículos, que são da exclusiva responsabilidade da parte que lhes deu origem.
4. Caso a(s) carrinha(s) cedida(s) tenha(m) dispositivo(s) de via verde, quando o 1º outorgante a(s) utilize deve efetuar o pagamento devido na cabine da portagem, não fazendo uso desse(s) dispositivo(s).

Cláusula 4ª

Incumprimento

O incumprimento por qualquer dos outorgantes do disposto no presente Protocolo implica a rescisão do mesmo.

Cláusula 5ª

Dúvidas e omissões

Todas as dúvidas e omissões suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão resolvidas por acordo entre ambos os outorgantes, através de deliberação das respetivas Câmara Municipal e Junta de Freguesia.

Cláusula 6ª

Vigência, denúncia e alterações

1. O presente Protocolo de Colaboração tem efeitos retroativos a 01/01/2015 e é válido durante o ano letivo de 2014/2015, podendo ser prorrogado por iguais períodos correspondentes aos anos letivos subsequentes, caso não seja denunciado por qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias (trinta dias).
2. Quaisquer alterações ao presente Protocolo de Colaboração devem ser acordadas por ambos os outorgantes, nos termos enunciados na clausula 5ª.

As partes assim o disseram e outorgaram.

Protocolo aprovado pela Câmara Municipal de Cuba, em sua reunião ordinária de .../.../..., e pela Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, em sua reunião ordinária de .../.../...”

Maf
Hm
SB
JFV

12. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A FREGUESIA DE VILA RUIVA PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 98/2015, do SAJAI, enquadrando juridicamente a proposta de Protocolo de Colaboração em título. -----

Da conjugação do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, com a alínea gg) do nº 1 do artº. 31º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, resulta que os municípios dispõem de competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares. -----

Estas competências consistem na oferta de serviço de transporte entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentem a todos os alunos do ensino básico e secundário quando residam a mais de 3km ou 4km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório e é gratuito até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições legalmente estabelecidas, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário. -----

Ao longo dos anos, o Município de Cuba tem assegurado o transporte escolar dos alunos que se encontram matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho, não obstante, muitas vezes se deparar com dificuldades que podem pôr em causa este serviço, designadamente as resultantes do reduzido número de veículos e de trabalhadores habilitados a efetuar o transporte escolar. -----

Porém, a Freguesia de Vila Ruiva dispõe de veículos aptos a serem utilizados no transporte escolar. -----

Assim sendo, atendendo a que, de harmonia com o disposto no nº 1 do artº. 7º da supra citada lei, cabe às freguesias promover e salvaguardar os interesses próprios das respetivas populações, em articulação com os municípios, competindo-lhes, nos termos das alíneas o), v) e ii) do nº 1 do artº. 16º da mesma lei, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente, apoiar atividades de natureza educativa ou outra de interesse para a freguesia e administrar o património da freguesia, bem como, nos termos do nº 1 do artº. 23º da citada lei, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, são bem vindas todas as formas de articulação entre autarquias de forma a promover a satisfação das necessidades essenciais das respetivas populações nas áreas que lhes compete intervir, e que no caso concreto se traduz na concretização do transporte escolar. -----

Com o intuito de fomentar o desenvolvimento destas competências e de compensar os municípios pelos encargos daí decorrentes foi instituído, pela primeira vez, pela Lei do Orçamento de Estado para 2007 o Fundo Social Municipal (FSM). Trata-se de uma subvenção específica que constitui uma das participações dos municípios nos impostos do Estado. -----

No corrente ano e conforme estatuído pela Lei do Orçamento de Estado, aprovada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, o montante do FSM a distribuir pelos municípios *“destina-se exclusivamente ao financiamento das competências exercidas pelos municípios no domínio da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, de acordo com os indicadores previstos na alínea a) do nº1 do artº. 34º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e dos transportes escolares relativos ao 3º ciclo do*

ensino básico, conforme previsto no nº 3 artº. 9º do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, a distribuir conforme o ano anterior". -----

Da conjugação do nº 2 do artº. 30º da Lei nº 73/2013, de 03/09, com o nº 4 do artº. 87º da Lei do Orçamento de Estado para 2015, resulta serem despesas elegíveis para financiamento através do FSM as despesas inerentes ao exercício das competências no âmbito da educação, ou seja as despesas enquadráveis nas alíneas a), b) e c) do mencionado artº. 30º, no que diz respeito exclusivamente a: -----

1) Educação pré-escolar público e 1º ciclo do ensino básico público – decompõe-se em 3 tipologias de despesa, cada uma delas desagregada pelas seguintes rubricas: -----

a) Despesas de funcionamento corrente do pré-escolar público, englobam as remunerações do pessoal não docente, os serviços de alimentação, o prolongamento de horário, os transportes escolares e outras despesas de funcionamento corrente; ----

b) Despesas de funcionamento corrente do 1º ciclo do ensino básico público, englobam as remunerações do pessoal não docente, os serviços de alimentação, as atividades de enriquecimento curricular, os transportes escolares e outras despesas de funcionamento corrente; -----

c) Despesas com professores, monitores e outros técnicos com funções educativas de enriquecimento curricular do 1º ciclo do ensino básico público, que englobam o enriquecimento curricular nas áreas de iniciação ao desporto e às artes, a orientação escolar, o apoio à saúde escolar, o acompanhamento socioeducativo do ensino básico público e outras despesas de funções educativas de enriquecimento curricular. -----

2) 3º ciclo do ensino básico – aqui apenas são elegíveis as despesas com transportes escolares, conforme previsto no nº 3 do artº. 9º do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho. -----

Constituindo o FSM uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada a um fim específico, caso o município não realize, durante o ano, despesa elegível de montante pelo menos igual à verba que lhe é atribuída nesse ano, é deduzida à verba a que teria direito ao abrigo do FSM no ano seguinte o valor correspondente à despesa não justificada no ano anterior, nos termos previstos nos números 2 e 3 do artº. 34.º da Lei nº 73/2013, de 03/09. -----

Foi com o objetivo de estabelecer a forma de colaboração entre o Município de Cuba e a Freguesia de Vila Ruiva no que se reporta à utilização dos veículos que esta pode disponibilizar para o transporte escolar a realizar por aquele que se procedeu à elaboração do Protocolo que se anexa e se dá por integralmente reproduzido. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação e no uso das competências que lhe são cometidas pela alínea gg) do nº 1 do artº. 31º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o presente Protocolo, que seguidamente se transcreve, remetendo-o posteriormente para aprovação pela Junta de Freguesia de Vila Ruiva. -----

“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A FREGUESIA DE VILA RUIVA PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR.

Considerando: -----

Que, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, conjugado com a alínea gg) do nº 1 do artº. 31º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os municípios dispõem de competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares; -----

Que as competências acima referidas consistem na oferta de serviço de transporte entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentem a todos os alunos do ensino básico e secundário quando residam a mais de 3km ou 4km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório; -----

Que o transporte escolar é gratuito até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições legalmente estabelecidas, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário; -----

Que o Município de Cuba tem sempre assegurado o transporte escolar dos alunos beneficiários do serviço que se encontram matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho; -----

Que, não obstante todos os esforços, por vezes se verificam dificuldades que podem pôr em causa este serviço, designadamente as resultantes do reduzido número de veículos e de trabalhadores habilitados a efetuar o transporte escolar; -----

Que a Freguesia de Vila Ruiva dispõe de veículo(s) apto(s) ao transporte escolar; -----

Que, de harmonia com o disposto no nº 1 do artº. 7º da supra citada lei, constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município, competindo-lhe, nos termos das alíneas o), v) e ii) do nº 1 do artº. 16º dessa lei, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente, apoiar atividades de natureza educativa ou outra de interesse para a freguesia e administrar o património da freguesia; -----

Que, nos termos do nº 1 do artº. 23º da citada lei, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, -----

ENTRE: -----

O **Município de Cuba**, contribuinte n.º 500 832 935, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Manuel Casaca Português, com poderes para o ato, conforme determina as alíneas a) do nº 1 e f) do nº 2 do artº. 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, como 1º Outorgante; -----

A **Freguesia de Vila Ruiva**, contribuinte nº 501 214 925, representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Raul Manuel Viana Amaro, com poderes para o ato, conforme determina a alínea a) do nº 1 do artº. 18º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual como 2º Outorgante, -----

é estabelecido o presente Protocolo de Colaboração, o qual se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª

Objeto

1. O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto as normas de cedência do(s) veículo(s) ligeiro(s) de passageiros de 9 lugares (adiante carrinha), marca, matrícula, propriedade do 2º Outorgante ao 1º Outorgante, destinado(s) exclusivamente ao transporte dos alunos que frequentam os vários estabelecimentos de ensino do concelho de Cuba.

2. A cedência da(s) carrinha(s) produz efeitos durante todos os dias úteis do ano letivo escolar, no horário compreendido entre as 07h00-09h30 e as 16h00-19h00.

3. Fora dos períodos em que é(são) utilizada(s) no transporte escolar a(s) carrinha(s) fica depositada em.....

4. Poderá ser autorizada a cedência de outros veículos entre os outorgantes, os quais ficam sujeitos às normas de utilização constantes do presente Protocolo.

Cláusula 2ª

Condução dos veículos

A(s) carrinha(s) objeto do presente protocolo só pode(m) ser conduzida(s) por motorista ao serviço do 1º Outorgante ou do 2º Outorgante, devidamente habilitado para o transporte escolar.

Cláusula 3ª

Responsabilidade por encargos da(s) carrinha(s)

1. São da responsabilidade do 1º outorgante as despesas com o abastecimento de combustível necessário à utilização da(s) carrinha(s).

2. Os custos com a manutenção e seguro(s) da(s) carrinha(s) constituem encargo de

3. Excetuam-se do disposto no número anterior os danos causados nos veículos, que são da exclusiva responsabilidade da parte que lhes deu origem.

4. Caso a(s) carrinha(s) cedida(s) tenha(m) dispositivo(s) de via verde, quando o 1º outorgante a(s) utilize deve efetuar o pagamento devido na cabine da portagem, não fazendo uso desse(s) dispositivo(s).

Cláusula 4ª

Incumprimento

O incumprimento por qualquer dos outorgantes do disposto no presente Protocolo implica a rescisão do mesmo.

Cláusula 5ª

Dúvidas e omissões

Todas as dúvidas e omissões suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão resolvidas por acordo entre ambos os outorgantes, através de deliberação das respetivas Câmara Municipal e Junta de Freguesia.

Cláusula 6ª

Vigência, denúncia e alterações

1. O presente Protocolo de Colaboração tem efeitos retroativos a 01/01/2015 e é válido durante o ano letivo de 2014/2015, podendo ser prorrogado por iguais períodos correspondentes aos anos letivos subsequentes, caso não seja denunciado por qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias (trinta dias).

2. Quaisquer alterações ao presente Protocolo de Colaboração devem ser acordadas por ambos os outorgantes, nos termos enunciado na cláusula 5ª.

As partes assim o disseram e outorgaram.

Protocolo aprovado pela Câmara Municipal de Cuba, em sua reunião ordinária de .../.../..., e pela Junta de Freguesia de Vila Ruiva, em sua reunião ordinária de .../.../....

13. ESPAÇO CHEIO PRODUÇÃO DE UVA, LDA. PEDIDO NO ÂMBITO DO ARTIGO 110.º DO RJUE/DIREITO À INFORMAÇÃO. PRÉDIO 181-D, EM VILA RUIVA. -----

Vem o requerente solicitar informação no âmbito do artigo 110.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, relativa aos condicionamentos legais em vigor aplicáveis ao local em questão e tendo em vista a construção de dependência agrícola com 300m2; -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se estar o local inserido em **Áreas com Aptidão Agrícola Dominante**. -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) e de **REN** (Reserva Ecológica Nacional); -----

As acções não agrícolas, como é o caso das edificações, estão sujeitas ao parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola, no âmbito das competências conferidas pelo *Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31-3*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de setembro*, que estabelece o novo regime da RAN; -----

Para os solos de REN, e tendo como base o respectivo regime jurídico fixado pelo *Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro*, e *Portaria n.º 419/2012 de 20/12*, há um conjunto de requisitos legais que deverão ser verificados, mediante emissão de parecer vinculativo da Comissão de Coordenação Regional (CCDRA); -----

Sem prejuízo do que atrás foi exposto, há ainda que ter em consideração o disposto no artigo 74.º do Regulamento do PDM, que estabelece algumas condicionantes para estas áreas; -----

Chamamos a atenção, na sequência das anteriores informações, para a necessidade de legalização das construções erigidas sem licença, devendo fazer entrega dos elementos constantes do artigo 15.º da Portaria n.º 113/2015 de 22 de Abril. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

14. ESPAÇO CHEIO PRODUÇÃO DE UVA, LDA. PEDIDO NO ÂMBITO DO ARTIGO 110.º DO RJUE/DIREITO À INFORMAÇÃO. PRÉDIO 68-D, EM VILA RUIVA. -----

Vem o requerente solicitar informação no âmbito do artigo 110.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, relativa aos condicionamentos legais em vigor aplicáveis ao local em questão e tendo em vista a construção Turismo em espaço rural com 400m2; -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se estar o local inserido em **Áreas com Aptidão Agrícola Dominante**. -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, do mesmo plano, há a registar á partida, interferência com solos de **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) e de **REN** (Reserva Ecológica Nacional); -----

As acções não agrícolas, como é o caso das edificações, estão sujeitas ao parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola, no âmbito das competências conferidas pelo *Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31-3*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de Setembro*, que estabelece o novo regime da RAN; -----

Para os solos de REN, e tendo como base o respectivo regime jurídico fixado pelo *Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro*, e *Portaria n.º 419/2012 de 20/12*, há um conjunto de requisitos legais que deverão ser verificados, mediante emissão de parecer vinculativo da Comissão de Coordenação Regional (CCDRA); -----

SB
fcr

Sem prejuízo do que atrás foi exposto, há ainda que ter em consideração o disposto nos artigos 60.º e 74.º do Regulamento do PDM, que estabelece algumas condicionantes para estas áreas; -----

Chamamos a atenção, na sequência das anteriores informações, para a necessidade de legalização das construções erigidas sem licença, devendo fazer entrega dos elementos constantes do artigo 15.º da Portaria n.º 113/2015 de 22 de Abril.

A Câmara tomou conhecimento. -----

15. A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS EM SEDE DE EXECUÇÃO DE EMPREITADAS. A TEMÁTICA DOS TRABALHOS A MAIS, NOÇÃO, CONDICIONANTES E ENTIDADE COMPETENTE PARA AUTORIZAÇÃO. A TEMÁTICA DOS ERROS E OMISSÕES, NOÇÃO, CONDICIONANTES E ENTIDADE COMPETENTE PARA AUTORIZAÇÃO; ESCLARECIMENTOS E CONCLUSÕES. -----

Foi presente a Informação n.º 40/2015, do Chefe da DGM visando clarificar os conceitos de trabalhos a mais e erros e omissões e a sua correta aplicabilidade. -----

A Câmara por unanimidade, delibera tomar conhecimento, relembrar e reforçar junto dos diversos agentes da autarquia envolvidos nos procedimentos de gestão de empreitadas o seguinte: -----

1.º) – Para que se possa falar em Trabalhos a mais existem dois requisitos que têm impreterivelmente que estar presentes, e devem integrar as informações técnicas para a sua aprovação pela Câmara, isto é: -----

1.1) Se tenham tornado necessários à execução da mesma obra na sequência de uma circunstância imprevista; -----

1.2) Não possam ser técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra. -----

2.º) – Os erros e omissões não são considerados trabalhos a mais, e mais adiante debruçar-nos-emos sobre esta tipologia de trabalhos; -----

3.º) – Quando se fala em limite de valor para os trabalhos a mais deverá não descurar-se que o preço atribuído aos trabalhos a mais, incluindo o de anteriores trabalhos a mais, não pode ultrapassar os 40% do preço contratual. Ora, numa obra de 100.000€, os trabalhos a mais podem ir até 40.000 €. Neste novo contexto o problema dos trabalhos a mais não é a lei, desde que sejam imprevisíveis e tecnicamente não separáveis do objeto do contrato, mas sim a nossa capacidade financeira em sede de orçamento para suportar os mesmos; -----

4.º) – Esses trabalhos a mais devem ser celebrados mediante contrato escrito. -----

5.º) - Em regra o dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro, designadamente os elementos da solução da obra. ----

6.º) – Essa regra não é aplicável quando o empreiteiro teve oportunidade de invocar esses erros em sede do procedimento de concurso e não o fez, salvo se essa conduta não lhe for imputável, nomeadamente por só em obra se conseguir vislumbrar esse erro, isto é, o empreiteiro é responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 61.º, exceto pelos que hajam sido identificados pelos interessados na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra. -----

7.º) – A ocorrer a situação prevista na alínea b) a responsabilidade do empreiteiro corresponde a metade do preço dos trabalhos de suprimento dos erros e omissões executados. -----

8.º) – Na eventualidade do dono de obra ter adquirido o projeto a entidade externa habilitada essa mesma entidade é responsável pelos erros e omissões que lhe sejam imputáveis, devendo o dono da obra exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte destes terceiros; -----

8.1) - No caso previsto no número anterior, a responsabilidade dos terceiros perante o dono da obra ou o empreiteiro, quando fundada em título contratual, é limitada ao triplo dos honorários a que tenham direito ao abrigo do respectivo contrato, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo ou de negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações. -----

9.º) – O valor desses erros e omissões não pode exceder 5% do preço contratual, sendo o limite em cima enunciado elevado para 10 % *quando a execução dos trabalhos não implique uma modificação substancial do contrato e estejam em causa obras cuja execução seja afetada por condicionalismos naturais com especiais características de imprevisibilidade, nomeadamente as obras marítimo-portuárias e as obras complexas do ponto de vista geotécnico, em especial a construção de túneis, bem como as obras de reabilitação ou restauro de bens imóveis.* -----

16. EMPREITADA DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA. ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MAIS. -----

Foi presente à Câmara uma Informação do Serviço de Obras Municipais referente à empreitada em título. -----

De acordo com a mesma informação verifica-se que os trabalhos a mais apresentados pelo Adjudicatário são necessários e imprescindíveis à boa execução da obra, respectiva durabilidade e fiabilidade. Mesmo que o edifício se encontre sujeito a diferentes acções desfavoráveis. Os critérios de utilização, estados limites últimos e estados limites de utilização, em todas as fases de exploração e manutenção são exigentes. Todos os factores associados e conjugados a um longo prazo de vida útil, obrigam a condicionar gradualmente soluções técnicas e processo construtivo, respectivamente. -----

Para efectuar a remoção das chapas pesadas de fibrocimento é necessário garantir que a sua substituição não inviabiliza a garantia, nem o nível de fiabilidade da solução alternativa definitiva, O trabalho inclui IPE's 180 longitudinais no vão menor, reduzindo significativamente os esforços de cada painel entre vigas de betão existentes. Transversalmente ao edifício ficam os perfis Z 170. O vão livre entre as vigas de betão armado existentes actualmente, é demasiado exagerado para as dimensões dos painéis normalizados deste tipo produzidos actualmente em fábrica por diferentes patentes, este factor surgiu como circunstância imprevista, uma vez que são estritamente necessários para a conclusão da obra, estes trabalhos tornaram-se imprescindíveis, para a boa execução técnica da obra e respectiva conclusão. Estes trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separados do contrato sem inconvenientes graves para o dono de Obra. Esta solução final melhora significativamente os esforços resistentes das secções mais desfavoráveis, na envolvente de esforços, devido também à contribuição favorável do módulo de flexão. Os erros e omissões e trabalhos a mais a propor, que devem ser aceites, até esta data,

pelo Dono de Obra, representados e especificados em pormenor na presente informação têm o valor de € 1.544,00 e € 4.875,00, na totalidade perfaz o valor de € 6.419,00, aos quais deve ser acrescido IVA à taxa legal em vigor. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar os trabalhos a mais ao abrigo do art.º 371.º do CCP, no montante de € 4 875,00 e os erros e omissões ao abrigo do art.º 376.º do mesmo diploma legal, no valor de € 1 544,00. -----

17. EMPREITADA DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA. PLANO DE TRABALHOS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 167/2015, do Serviço de Obras Municipais, segundo a qual, no âmbito da Empreitada referida, o Adjudicatário continua a efectuar a adaptação do Planeamento às condições de Segurança da Empreitada. -----

O Plano de Trabalhos proposto garante as condições técnicas necessárias, para a empreitada e deverá ser gradualmente actualizado e adaptado em função das condicionantes e da execução dos trabalhos. Este Plano encontra-se em condições de poder ser aprovado pelo Dono de Obra, sabendo-se que a data de conclusão da Empreitada será em princípio no mês de dezembro de 2015, tal como planeia agora o Adjudicatário. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar o Plano de trabalhos ajustado, ao abrigo do art.º 361.º, n.º 3 do CCP (Código dos Contratos Públicos). -----

18. EMPREITADA DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA. REMOÇÃO DE CHAPAS E TELHAS DE FIBROCIMENTO NO EDIFÍCIO DE COMANDO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 168/2015, do Serviço de Obras Municipais. ---- No âmbito da Empreitada referida, o Adjudicatário entregou em reunião de obra no dia 23.09.2015 toda a documentação anexa, do subempreiteiro especializado Interamianto, necessária ao Planeamento e Programação de trabalhos referente à remoção das chapas e telhas de fibrocimento. -----

O Programa e Plano de trabalhos entram em execução no dia 05.10.2015, com as medidas preparatórias à remoção. Logo que for iniciada a remoção, de imediato iniciam-se os trabalhos de serralharia, para que a estrutura e cobertura novas, estejam colocadas o mais tardar em 09.10.2015 (6ª feira), como previsto. -----

Estes documentos anexos entregues pelo Adjudicatário, serão parte integrante da Programação, do Plano de Trabalhos e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, garantindo todas as condições técnicas necessárias e deverá ser gradualmente verificado e ajustado às condições de segurança obrigatórias, adaptado-se em função das condicionantes, das operações e da execução dos trabalhos. -----

Este Programa e Plano encontram-se em condições de poderem ser provados. -----

O Adjudicatário durante o desenvolvimento da Empreitada efectuará todas as adaptações ao PSS que se revelem oportunas, ou necessárias e obrigatórias, consoante o desenvolvimento de todas as acções e operações. -----

A Câmara, por unanimidade, em conformidade com o disposto no Dec-Lei n.º 46/2008, de 12/03, articulado com a Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro e a Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro, delibera aprovar a remoção do amianto. -----

19. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÓNICA, PELO PRAZO DE 36 MESES.

Foi presente à Câmara uma Proposta do Sr. Presidente referente ao assunto em título, que se transcreve: -----

“Considerando que termina no próximo dia 1 de novembro o contrato de prestação de serviços de plataforma eletrónica celebrado com a Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, Lda (ACINGOV); -----

Considerando a obrigatoriedade de utilização de plataforma eletrónica para a contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos; -----

Considerando que, por conseguinte, se torna imperativo e imprescindível a contratação de novo serviço de plataforma eletrónica; -----

Considerando que, de acordo com o disposto no art.º 75.º do Orçamento de Estado para o ano de 2015 (aprovado pela Lei nº 82-B/2014, de 31/12), a celebração de contratos de prestação de serviços que neste ano se renovem ou sejam celebrados com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2014, está sujeita à redução remuneratória prevista no nº 1 do art.º. 2º e no art.º. 4º da Lei nº 75/2014, de 12/09, e carece de parecer prévio vinculativo do órgão executivo, emitido nos termos do art.º. 3º da Portaria nº 149/2015, de 26/05; -----

Considerando que o contrato que ora termina e cujo objeto é idêntico ao que se pretende contratar para o próximo triénio foi celebrado pelo preço de € 7.200,01 (sem IVA), e atendendo ao cálculo da redução aplicável nos termos acima enunciados, o valor do contrato a celebrar não deve ultrapassar os € 6.624,01; -----

Considerando que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público resultante da própria natureza da prestação de serviços que obedece ao exigido pela Portaria nº 701-G/2008, de 29/07, que existe cabimento orçamental, que inexistente qualquer impedimento à celebração do contrato sendo a eventual contraparte determinável e que se demonstrou o cumprimento e aplicação da redução remuneratória aludida, deve o órgão executivo emitir parecer prévio vinculativo para a contratação de presente prestação de serviços; -----

Considerando o preço base referido deve, nos termos do art.º 17º do CCP, escolher-se o procedimento de ajuste direto, nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º. 20º do CCP; --

Considerando o disposto no nº 2 do art.º. 127º do CCP, com a redação que lhe foi introduzida pela Lei nº 64-B/2011, de 30/12, o recurso ao procedimento de ajuste direto fundamenta-se na impossibilidade de satisfação das necessidades do Município de Cuba em termos dos serviços pretendidos por via dos seus próprios meios; -----

Considerando que o presente procedimento deve, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do art.º. 40º do CCP, ser constituído pelas seguintes peças, que se anexam: -----

a) Convite à apresentação de proposta; -----

b) Caderno de encargos, elaborado nos termos do nº 2 do art.º. 42º do CCP; -----

Considerando o disposto no art.º. 113º do CCP, assim como o estatuído no art.º. 36º da Portaria nº 701-G/2008, de 29/07, as entidades a consultar devem ser certificadas; ----

Considerando que da lista de entidades certificadas pela entidade supervisora (www.base.gov.pt) para prestar serviços de plataforma eletrónica constam as seguintes entidades: -----

- Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, Lda; -----

- Ano - Sistemas de Informática e Serviços, Lda; -----

- Central-E-Informação e Comércio Electrónico, S.A.-----
- Construlink - Tecnologias de Informação, S.A.;-----
- Infosistema - Sistemas de Informação, S.A.;-----
- Saphety Level - Trusted Services, S.A.;-----
- Vortal, Comércio Electrónico Consultadoria e Multimédia, S.A.-----
- PT PRIME TradeCom - Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, S.A.-----

Considerando que a contratação do presente procedimento pelo prazo de 3 anos implica a assunção de um compromisso plurianual está a mesma abrangida pela autorização genérica favorável proferida pelo órgão deliberativo em sua sessão ordinária de 22/12/2014; -----

Determino: -----

1) Que a Câmara Municipal emita parecer prévio vinculativo para a abertura do presente procedimento; -----

2) Obtido esse parecer, se proceda à abertura do procedimento de ajuste direto, pelo preço base de € 6.624,01, cujo convite e caderno de encargos aprovo; -----

Considerando que termina no próximo dia 1 de novembro o contrato de prestação de serviços de plataforma eletrónica celebrado com a Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, Lda (ACINGOV); -----

Considerando a obrigatoriedade de utilização de plataforma eletrónica para a contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos; -----

Considerando que, por conseguinte, se torna imperativo e imprescindível a contratação de novo serviço de plataforma eletrónica; -----

Considerando que, de acordo com o disposto no artº. 75º do Orçamento de Estado para o ano de 2015 (aprovado pela Lei nº 82-B/2014, de 31/12), a celebração de contratos de prestação de serviços que neste ano se renovem ou sejam celebrados com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2014, está sujeita à redução remuneratória prevista no nº 1 do artº. 2º e no artº. 4º da Lei nº 75/2014, de 12/09, e carece de parecer prévio vinculativo do órgão executivo, emitido nos termos do artº. 3º da Portaria nº 149/2015, de 26/05; -----

Considerando que o contrato que ora termina e cujo objeto é idêntico ao que se pretende contratar para o próximo triénio foi celebrado pelo preço de € 7.200,01 (sem IVA), e atendendo ao cálculo da redução aplicável nos termos acima enunciados, o valor do contrato a celebrar não deve ultrapassar os € 6.624,01; -----

Considerando que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público resultante da própria natureza da prestação de serviços que obedece ao exigido pela Portaria nº 701-G/2008, de 29/07, que existe cabimento orçamental, que inexistente qualquer impedimento à celebração do contrato sendo a eventual contraparte determinável e que se demonstrou o cumprimento e aplicação da redução remuneratória aludida, deve o órgão executivo emitir parecer prévio vinculativo para a contratação de presente prestação de serviços;-----

Considerando o preço base referido deve, nos termos do artº. 17º do CCP, escolher-se o procedimento de ajuste direto, nos termos da alínea a) do nº 1 do artº. 20º do CCP;--

Considerando o disposto no nº 2 do artº. 127º do CCP, com a redação que lhe foi introduzida pela Lei nº 64-B/2011, de 30/12, o recurso ao procedimento de ajuste

direto fundamenta-se na impossibilidade de satisfação das necessidades do Município de Cuba em termos dos serviços pretendidos por via dos seus próprios meios;-----
Considerando que o presente procedimento deve, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artº. 40º do CCP, ser constituído pelas seguintes peças, que se anexam:-----

a) Convite à apresentação de proposta;-----

b) Caderno de encargos, elaborado nos termos do nº 2 do artº. 42º do CCP;-----

Considerando o disposto no artº. 113º do CCP, assim como o estatuído no artº. 36º da Portaria nº 701-G/2008, de 29/07, as entidades a consultar devem ser certificadas;-----

Considerando que da lista de entidades certificadas pela entidade supervisora (www.base.gov.pt) para prestar serviços de plataforma eletrónica constam as seguintes entidades:-----

- Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, Lda;-----

- Ano - Sistemas de Informática e Serviços, Lda;-----

- Central-E-Informação e Comércio Electrónico, S.A.;-----

- Construlink - Tecnologias de Informação, S.A.;-----

- Infosistema - Sistemas de Informação, S.A.;-----

- Saphety Level - Trusted Services, S.A.;-----

- Vortal, Comércio Electrónico Consultadoria e Multimédia, S.A.;-----

- PT PRIME TradeCom - Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, S.A.-----

Considerando que a contratação do presente procedimento pelo prazo de 3 anos implica a assunção de um compromisso plurianual está a mesma abrangida pela autorização genérica favorável proferida pelo órgão deliberativo em sua sessão ordinária de 22/12/2014; -----

Determino:

1) Que a Câmara Municipal emita parecer prévio vinculativo para a abertura do presente procedimento; -----

2) Obtido esse parecer, se proceda à abertura do procedimento de ajuste direto, pelo preço base de € 6.624,01, cujo convite e caderno de encargos aprovo; -----

3) Que, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do CCP, o Júri do procedimento seja constituído pelos seguintes membros: -----

Efetivos: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal, que presidirá; -----

Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DGM; -----

Mª Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior; -----

Suplentes: Luís Filipe Caixeiro Franco, Técnico Superior; -----

Cármem das Dores da Silva Arrojado Estrela, Técnica Superior. -----

O presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho. -----

4) Que sejam consultadas as seguintes entidades: -----

a) Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, Lda; -----

b) Ano - Sistemas de Informática e Serviços, Lda; -----

c) Construlink - Tecnologias de Informação, S.A.;-----

d) Vortal, Comércio Electrónico Consultadoria e Multimédia, S.A.” -----

H-1-152
[Handwritten signatures and initials]

A Câmara, por unanimidade, delibera proceder de acordo com as determinações constantes na proposta apresentada. -----

20. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA ALVA. PEDIDO DE CLASSIFICAÇÃO DA IGREJA DA MISERICÓRDIA COMO PATRIMÓNIO DE INTERESSE MUNICIPAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação 05A/2015, do Serviço de Urbanismo que surge na sequência do despacho do Chefe da DGM, relativa à pretensão da Santa Casa da Misericórdia de Vila Alva de proceder à classificação da Igreja da Misericórdia de Vila Alva, como Património de Interesse Municipal. -----

Foi instruído o pedido em conformidade com o artigo 26.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, que **estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural**, e acompanhado dos elementos fixados pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, que determina a metodologia do procedimento de **classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda**. -----

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Alva, na qualidade de actual proprietária do imóvel, de acordo com os termos do requerimento apresentado, *pretende levar a efeito uma candidatura ao Programa EDP Solidária-Inclusão Social 2015*, que consiste numa série de acções preconizadas na informação fornecida. Sendo ainda apresentados argumentos de fundamentação do interesse na classificação da igreja no que respeita aos valores histórico-culturais, arquitectónicos e simbólicos do edificado. Não vamos aqui, fazer considerações de ordem histórica ou cultural, nem descrição do imóvel, porquanto elas já se encontram suficientemente expostas no documento elaborado pela entidade promotora. -----

A Igreja da Misericórdia, bem como os imóveis que integram o conjunto edificado, está localizada na *zona consolidada* de Vila Alva, adjacente á Praça da República e associada a um conjunto edificado que compreende o Museu de Arte Sacra e Arqueologia/Capela Senhor dos Passos, e a Igreja da Misericórdia. -----

O Imóvel, bem como o adjacente já referido, encontra-se proposto para classificação no Plano Director Municipal (cfr. artigo 78.º do regulamento do PDM) publicado em 1993, em vigor, possui inegavelmente valor histórico-cultural e artístico significativo. -- Por outro lado, importa não descurar que a possibilidade de classificação do edificado, permitiria em circunstâncias futuras, não só a defesa e valorização dum património histórico riquíssimo, mas também criaria certamente condições adequadas a assegurar a transmissão de uma herança patrimonial posta ao dispor dos cidadãos de forma integrada e disciplinada, assente na defesa dos interesses públicos e nos valores culturais e históricos que constituem a nossa identidade. -----

Sugerimos ainda, não obstante opinião diferente, a proposta de classificação não só da Igreja da Misericórdia, mas também da Capela do Senhor dos Passos que integra o Museu de Arte Sacra. -----

Foi igualmente presente o Despacho do Sr. Presidente da Câmara que, face à urgência de uma tomada de posição, defere o pedido de classificação nos termos propostos pelo técnico que apreciou o processo, designadamente, a Igreja da Misericórdia e também a Capela do Senhor dos Passos que integra o Museu de Arte Sacra. -----

A Câmara, por unanimidade, e de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o*

presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

21. JOSÉ MANUEL CEREJO RIPADO. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA. -----

Solicita o Sr. José Manuel Cerejo Ripado, a anulação da fatura de água do mês de agosto, no valor total de € 648,84, referente a uma rotura de água no seu prédio rústico sito no Vale dos Canos, freguesia de Vila Alva. -----

A Câmara, por unanimidade, constatada a responsabilidade da rotura por parte do requerente, sendo que a mesma ocorre após o contador no seu prédio, e nunca descorando as posições que já tomou em situações de alguma forma similares, não pode deferir a pretensão. Ainda assim, numa perspectiva de cooperação, apresenta a disponibilidade para aceitar um plano de pagamentos faseado. -----

22. PROJETO DE REABILITAÇÃO URBANA E ARRANJOS EXTERIORES EM FARO DO ALENTEJO. -----

Foi presente à Câmara o Relatório referente à realização física e financeira do projeto enunciado no assunto da responsabilidade do Eng.º Élio Bernardino, onde o mesmo apresenta o ponto da situação dos trabalho quer física quer financeiramente à data de 31 de agosto de 2015. -----

A Câmara toma conhecimento. -----

23. MARIA DA CONCEIÇÃO CLÁUDIA XIMENES CARDEIRA. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DE FATURA DE ÁGUA. -----

Solicita a Sr.ª Maria da Conceição Cláudia Ximenes Cardeira, a possibilidade de poder pagar no próximo dia 23 de outubro, sem custas, a fatura referente ao consumo de água do mês de julho, no valor de € 16,31, cujo contrato se encontra em nome do esposo Carlos Filipe Rombão Cardeira, alegando para o efeito dificuldades de ordem financeira pelo facto de se encontrar desempregada e a receber RSI. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 192/2015 da Subunidade Administrativa, delibera determinar aos serviços que em sintonia com a requerente apresentem um plano de pagamento, a ser presente na próxima reunião de Câmara, que inclua todas as faturas em dívida. -----

24. ACERTO DAS MENSALIDADES REFERENTES AO CONTRATO DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DAS PISCINAS MUNICIPAIS – ANO DE 2015. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 194/2015, da Subunidade Administrativa, referindo que, aquando da assinatura do contrato de cessão de exploração do Bar das Piscinas Municipais ficou acordado (verbalmente) com o Sr. João Eduardo Fitas David que, no final desse contrato, se operariam alguns acertos de forma a ressarcir o cessionário de algumas despesas por ele contraídas com a limpeza e pintura do espaço.

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que o contrato foi cumprido na íntegra e no mês de setembro o Bar apenas funcionou durante 4 dias, delibera considerar a isenção do pagamento da renda desse mês entendendo-a como contrapartida pela despesa atrás descrita, sendo de € 49,20 (4 dias x € 12,30) o valor a considerar para efeitos de isenção. -----

25. GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE FARO DO ALENTEJO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita o Grupo Desportivo e Recreativo de Faro do Alentejo, licença especial de ruído para a realização de um baile, no dia 03 de outubro de 2015, no horário compreendido entre as 22:00 e as 05:00 horas, bem como a isenção das respectivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 191/2015, da Subunidade Administrativa, delibera: -----

(1) Emitir a licença Especial de ruído, até às 4,00 horas, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08; -----

(2) Isentar do pagamento das taxas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 16,79 o valor sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

Mais delibera, a Câmara, informar que o deferimento da presente pretensão não exonera o requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

26. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE PENDÕES PARA DIVULGAÇÃO DA “IV FEIRA MEDIEVAL”.-----

Solicita o Município de Portel, autorização para a colocação de pendões publicitários, para divulgação da “IV Feira Medieval”, que decorrerá naquela Vila, de 9 a 11 de outubro de 2015. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 193/2015 da Subunidade Administrativa e de acordo com as competências que lhe são cometidas pelo disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera autorizar a colocação dos pendões chamando a atenção do requerente para a necessidade da sua remoção após a realização do evento. -----

27. PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE JOGOS PARA FUTEBOL DE FORMAÇÃO. A PROBLEMÁTICA INERENTE AOS TRABALHOS A EXECUTAR NO MURO DA PISCINA E A POSSIBILIDADE DESSES TRABALHOS PROVOCARAM FENDILHAÇÃO QUER NAS PAREDES DO EDIFÍCIO, QUER NO PRÓPRIO TANQUE DA PISCINA MUNICIPAL COBERTA. -----

A DESLOCALIZAÇÃO PARCIAL DO PROJETO E A CONSEQUENTE NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO PRÉDIO INSCRITO SOB O ART.º 464, DA SECÇÃO K - “VALE DO OURO ” PROPRIEDADE DE MARIA DE LURDES MONTEIRO PEREIRA PINTO GANHÃO – ÁREA PREVISÍVEL DE 775 M². -----

NEGOCIAÇÃO PRÉVIA COM A REPRESENTANTE DA PROPRIETÁRIA. -----
POSIÇÃO DA CÂMARA SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 39/2015, do Chefe da DGM, referente à temática em título. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

a) – Propor formalmente à proprietária do prédio rústico denominado “Vale do Ouro” inscrito na matriz sob art.º 464, Secção K, da freguesia de Cuba, proceder à aquisição de uma parcela desse prédio para ali construir parte do campo de jogos para futebol de formação, atribuindo ao valor da compra dos 775m² acordados (setecentos e setenta e cinco metros quadrados) o montante de 5.812,00 € (cinco mil oitocentos e doze euros), assistindo no entanto à proprietária, em caso de não concordância com o

valor, a possibilidade de utilizar os mecanismos previstos no Código das Expropriações para este tipo de situações; -----

b) - Propor que seja celebrado um contrato-promessa de compra e venda, por documento particular, em novembro de 2015, data em que será entregue a título de sinal o valor de 2.812,00€ (dois mil oitocentos e doze euros); -----

c) - Determinar que em orçamento de 2016 fique a rubrica adequada dotada de montante suficiente para, no início de 2016, efetuarmos a escritura definitiva com a entrega da quantia remanescente – 3.000,00 € (três mil euros), sendo que esta situação não prejudicará uma eventual utilização do mecanismo previsto no ponto 1.º “in fine”, efetuando-se na altura uma alteração orçamental se necessário for; -----

d) - Acordar com a proprietária que Câmara toma posse do terreno com a notificação à proprietária da deliberação ora tomada, que ocorre na sua reunião ordinária de dia 30 de setembro; -----

e) - Determinar e informar a proprietária que correm por conta da autarquia quer os ónus quer com os destaques da parcela, quer obviamente com a outorga dos contratos e respetivo registo na conservatória. -----

f) - A etapa prevista na alínea e) ocorrerá com a conclusão da obra para que possa ser efetuado levantamento topográfico por técnico habilitado para que as partes se possam assegurar da área efetivamente abrangida. -----

28. LUIS MIGUEL ALVES SILVA. PEDIDO NO ÂMBITO DO ARTIGO 110.º DO RJUE/DIREITO À INFORMAÇÃO - ALTERAÇÃO DE USO DOS LOTES 5 E 6 (COMÉRCIO). LOTEAMENTO N.º 1/09. -----

Vem o requerente solicitar informação no âmbito do artigo 110.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, relativa aos condicionamentos legais em vigor aplicáveis ao local em questão e tendo em vista a alteração de utilização dos lotes 5 e 6 do Loteamento acima identificado, para comércio; -----

De acordo com a Informação n.º 1777/2015, do Serviço de Urbanismo, a área que foi objecto de operação de loteamento, através do Processo de licença n.º 1/09 em nome de Luís Miguel Alves Silva, situa-se em *área de urbanização programada* (UOP2) e nos termos do alvará de loteamento, contempla a constituição de 7 lotes destinados a habitação, estando edificado apenas o lote n.º 7; -----

Nos termos do artigo 52.º do regulamento do Plano de Urbanização de Cuba (PUC), estas áreas *são zonas predominantemente destinadas edificações habitacionais onde se devem integrar funções urbanas compatíveis, tais como comércio, serviços e equipamentos*; -----

Os lotes 5 e 6 em questão possuem respectivamente 317.10m² e 318.00m², onde estão previstas áreas de implantação de 108.00m² e de construção máxima de 216.00m². Do requerimento apresentado, não consta informação relativa à natureza da actividade comercial a instalar, nem indicadores das áreas de construção e de implantação pretendidas, podendo presumir-se que se mantêm os parâmetros iniciais, que constam do alvará emitido; -----

A alteração da operação de loteamento nos termos preconizados, obedece ao disposto nos artigos 27.º e 48.º-A do RJUE em articulação com o artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA). -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

29. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O SPORTING CLUBE DE CUBA, PARA A ÉPOCA 2015/2016. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 22/2015, do Serviço de Ação Desportiva, acompanhando a proposta de celebração de protocolo de colaboração com o Sporting Clube de Cuba, para a época desportiva 2015/2016. -----

O protocolo de colaboração tem como objectivo disciplinar a concessão dos apoios financeiros e não financeiros às associações do concelho para que estas possam levar a efeito as suas actividades. -----

Desta forma, remete o serviço de Ação desportiva a presente propostas de protocolo de colaboração com a autarquia, para apreciação de V. Exas. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, publicado no DR., 2.ª série, n.º 87, de 05 de maio de 2010, delibera, no domínio dos Apoios a Actividades de Interesse Municipal aprovar o presente protocolo, que seguidamente se transcreve. ---

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O SPORTING CLUBE DE CUBA. -----

Considerando que o Sporting Clube de Cuba tem prestado um relevante e exemplar serviço na promoção e divulgação do desporto, nomeadamente do futebol, do karaté e da natação, promovendo o convívio desportivo inter-geracional desde as mais tenras idades. -----

Considerando o interesse a nível desportivo das actividades desenvolvidas por este Clube; -----

Considerando que compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, (alínea u) do nº 1 do artº 33º da Lei 75/2013, 12/09); -----

É celebrado entre: -----

1º **MUNICÍPIO DE CUBA**, pessoa coletiva nº 500 832 935, adiante designado por 1º outorgante, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, João Manuel Casaca Português, -----

2º **SPORTING CLUBE DE CUBA**, pessoa coletiva nº 501 679 928, com sede na Rua Dr. Almeida Tojeiro, em Cuba, adiante designado por 2º outorgante, neste ato representado por António Francisco Fragoso Ramos, Jorge Manuel Pacheco Leão, José Joaquim Sousa Camacho, Rui Pedro Troles Sancho e Hugo Simão, nas qualidades, respetivamente, de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e Tesoureiro da Direção, conforme disposto nos artºs. 18º, nº 3, e 19º dos respetivos Estatutos, -----

o presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente protocolo tem por fim estabelecer os termos dos apoios que o 1º. Outorgante concede ao 2.º para o seu funcionamento e prossecução de actividades desportivas, em conformidade com o Plano de Actividades e o Orçamento em vigor para o Município, e mediante o cumprimento das obrigações que cabem ao 2.º Outorgante.

2ª

1. No âmbito do desenvolvimento das suas atividades, será atribuído ao Sporting Clube de Cuba um apoio financeiro de **21.337,50 €** (vinte sete mil setecentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), que decorrerá das participações desportivas seguintes:

I - Futebol

a) Traquinas/Petizes/Benjamins.	3.750,00 €
c) Infantis	2.375,00 €
d) Iniciados	5.000,00 €

II - Karaté..... 1.068,75 €

III - Veteranos S. C. Cuba 1.068,75 €

IV - Nataçãõ- Pela utilização das piscinas para esta prática desportiva, o 2º Outorgante obriga-se ao pagamento dos seguintes preços, por cada participante:

Utentes	Piscina Municipal Coberta	Piscina Municipal Descoberta
7 aos 16 anos	1.00 €	1.00 €
16 e mais anos	1.75 €	1.50 €

2. Serão, ainda, concedidos pelo 1º Outorgante ao 2º Outorgante:

- a) Um subsídio de **4.750,00 €**, para reparações de veículos e outras despesas de manutenção da sede, comprometendo-se o 2º Outorgante a entregar ao 1º todos os comprovativos da despesa realizada;
- b) Um subsídio de **1.000,00 €** destinado a apoiar a compra de um veículo;
- c) Um subsídio de **2.375,00 €** destinado a apoiar a realização das touradas por ocasião da Feira Anual de Cuba, a liquidar até final de julho.

3. O montante do apoio a atribuir pelas várias participações desportivas será feito do seguinte modo:

- a) Futebol – Durante o ano civil mediante um adiantamento de **3.500,00 €** já realizado em **13/07/2015**, 1ª prestação no valor de **3.000,00 €** aquando da assinatura do protocolo, e o restante valor em frações de **925,00 €**, até ao 5º dia útil de cada mês proposto, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, através de transferência bancária para o NIB a indicar.
- b) Karaté – Durante o ano civil de 2016, o subsídio deverá ser atribuído em duas frações, nomeadamente nos meses de fevereiro e de outubro, ou consoante o que em cada momento seja acordado entre os outorgantes;
- c) Veteranos - Totalidade no mês de abril de 2016, ou frações consoante o que em cada momento seja acordado entre os outorgantes.

4. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária nas datas em que ficarem acordadas.

3ª

1. O 2º Outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas.

2. O 2º Outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite e haja disponibilidade.
3. O 2º Outorgante coloca à disposição do primeiro o uso das suas instalações, sempre que necessário, sem prejuízo dos compromissos oficiais existentes.
4. O primeiro outorgante poderá colocar um painel publicitário no campo de futebol.

4ª

O 2º Outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do ano desportivo, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes.

5ª

O incumprimento pelo 2º Outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas.

6ª

1. Compete ao 1º Outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.
2. O 2º Outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitado acerca da execução do protocolo.

7ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final da época desportiva 2015/2016, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser.
2. Compete ao 1º Outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º Outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.
- As partes assim o disseram e outorgaram.

Cuba, 30 de Setembro de 2015

O 1º Outorgante, _____

O 2º Outorgante, _____

Presidente _____

Vice-Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____

Tesoureiro _____

O presente Protocolo de Colaboração foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Cuba, em sua reunião ordinária de 30/09/2015, ao abrigo do disposto na alínea u) do nº 1 do art.º 33.º, da lei 75/2013, 12/09. -----

30. CÁTIA HELENA PÃO MOLE PIRIQUITO – APOIOS SOCIAIS. APOIO PARA PAGAMENTO DE LUZ EM ATRASO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente, através do qual, face à situação de vulnerabilidade financeira demonstrada pela Sr.ª Cátia Helena Pão Mole

Piriquito, em sintonia com o relato explanado na informação n.º 70/2015, do Serviço de Ação Social e Saúde, concede um apoio para pagamento de luz em atraso, no valor de € 51,77. -----

A Câmara, por unanimidade, e de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA. -----

31. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CUBA. PROCESSO N.º 16/2015. -----

PEDIDO DE LICENCIAMENTO/ REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE LAR DE IDOSOS. TRAVESSA DO CARMO, EM CUBA. -----

Vem a requerente submeter a apreciação, o projecto de arquitectura para a remodelação e ampliação do Lar de Idosos, localizado na Travessa do Carmo em Cuba, em *Espaço de equipamento existente*, definido em sede do Plano de Urbanização de Cuba, a que alude o artigo 49.º do respectivo regulamento. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 16/2015, do Serviço de Urbanismo, segundo a qual: -----

1. Da análise prévia do projecto, verifica-se que para além de centralizar as várias valências e serviços prestados pela Santa Casa da Misericórdia, num conjunto mais integrado, se pretende ainda desactivar o núcleo de Lar existente no edifício do antigo Convento/Hospital da Misericórdia. A intervenção preconiza, genericamente a construção de um novo corpo designado por Edifício C, com capacidade para 10 quartos, a alteração dos vãos dos quartos 8 e 9 do Bloco B por força da ligação ao novo bloco, e a desactivação do Edifício A já referido; -----

2. A implantação do novo bloco (Edifício C) parece-nos adequada, atendendo á área disponível e ao propósito lógico de integrar todos os serviços que constituem a actividade do Lar, possibilitando ainda o acesso directo à entrada de serviço existente a partir da Rua da Sociedade Filarmónica Cubense 1.º de Dezembro; -----

3. No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto em matéria de acessibilidade, aceita-se a intervenção proposta, que dá resposta á generalidade das normas técnicas estabelecidas no respectivo regulamento; -----

4. Já consta do processo o Parecer do Instituto de Segurança Social, com a informação n.º 234/2015 NPATES_STATES, de 14 de julho de 2015, com despacho favorável condicionado, nos termos expostos na respectiva informação técnica. -----

De acordo com o disposto no decreto-lei n.º 64/2007 de 14 de março, com as alterações do decreto-lei n.º 33/2014 de 4 de março, deverá ainda ser consultada a ANPC em matéria de segurança contra incêndios, e o Centro de Saúde Local. -----

Assim, e nos termos do exposto deverá ser feita a consulta ao Centro de Saúde de Cuba cujo parecer incidirá sobre a verificação do cumprimento das normas de higiene e saúde. A consulta á ANPC poderá ocorrer no âmbito do projecto de segurança contra incêndios a apresentar posteriormente.

A Câmara tomou conhecimento de que foi promovida a consulta ao Centro de Saúde de Cuba para emissão de parecer, vinculativo, para efeitos de aprovação do projeto de

arquitetura. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ---

"2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,35 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico,